

• Política

CONSTITUINTE

Grupos suprapartidários desfazem acordo sobre estabilidade no emprego

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A um dia do início da votação do texto constitucional, está praticamente desfeito o "acordo de cavalheiros" sobre a estabilidade no emprego.

Há cerca de quinze dias, os grupos suprapartidários "Centrão", "Centrinho" e "Grupo dos 32", juntamente com os sindicatos dos metalúrgicos e eletricitários de São Paulo, haviam concordado que, quando da votação, tentariam aprovar um texto que garantisse a estabilidade no emprego protegida contra dispensa arbitrária a ser definida em lei complementar, que asseguraria indenização compensatória. Nas disposições transitórias constaria que, enquanto não aprovada essa lei, a indenização corresponderia a um valor da multa sobre o FGTS recolhido pelo empregador na vigência do contrato.

A regra valeria para os contratos em vigor em 1º de janeiro de 1988. Os grupos, contudo, não haviam fechado um acordo em torno do percentual do FGTS e decidiram apresentar emendas propondo de 20 a 50% do valor recolhido.

Ontem, depois de uma série de reuniões realizadas nos últimos dias, o "Centrão" ainda está próximo do "Grupo dos 32", mas o "Centrinho" voltou a sua posição original: a de proteger a relação de emprego contra despedida imotivada a ser regula-

mentada em lei complementar.

O deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ), membro do "Centrinho" conversou ontem com o senador Mário Covas (PMDB-SP) lembrando que a proposta do grupo concede menos aos trabalhadores do que a elaborada pelo "Centrão" de tendência conservadora — da qual é partidário. O grupo apresentou emenda propondo a indenização de um salário por um ano de serviço.

O "Centrão" e o "Grupo dos 32" aceitam que no corpo permanente da nova Carta conste a proteção contra despedida arbitrária. Divergem, porém, quanto ao percentual da indenização e seu alcance. O deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), membro do "Centrão" disse que "trabalhará por uma indenização de 40% (30% além dos 10% pagos hoje). Informou também que o "Centrão" resiste à ideia de se inserir a palavra "indenização" nas disposições permanentes e também se opõe a que ela seja retroativa. O senador Virgílio Távora (PDS-CE) disse que o percentual ideal para o "Grupo dos 32" é de 50% do valor da multa, mas aceita ainda negociar.

Porém, todos afirmam que o acordo definitivo deve ocorrer pouco antes da votação da matéria. Enquanto isso, cada grupo apresentou emendas próprias e pediu destaque para a sua apreciação em plenário.

PMDB

Senadores ameaçam verbas dos governadores que apóiem Sarney

por Milton Wells do Recife

"Governador que pressionar sua bancada para que vote a favor dos cinco anos para o presidente José Sarney terá bloqueada no Senado a rolagem da dívida do seu estado e também a liberação de recursos." Foi o que ameaçou ontem no Recife o senador Fernando Henrique Cardoso, depois de uma reunião com o governador Miguel Arraes, ao explicar que a bancada do PMDB "histórico" quer manter a integridade da Constituição, na medida em que está prevalecendo a tendência por interesses menores.

Cardoso disse que a medida será uma contraproposta legítima às pressões que estão sendo feitas sobre os constituintes pemedebistas. Observou que há fatos concretos denunciados por parlamentares do PMDB. Disse que o Senado tem meio de bloquear as votações de autorização de verbas para os estados e que a represália será utilizada somente após a constatação de que algum governador esteja pressionando determinado parlamentar. "Trata-se de uma contra-pressão legítima, neste jogo de pressões", afirmou.

Junto com Fernando Henrique estiveram no Palácio do Campo das Princesas — sede do governo pernambucano — o senador José Richa e o deputado Pimenta da Veiga. Eles obtiveram o apoio de Arraes para a adoção de medidas em comum em favor do mandato de quatro anos,



Fernando Henrique Cardoso

da "Constituinte, logo", da unidade do PMDB em favor do cumprimento do programa do partido e de uma plataforma política.

Segundo o senador Fernando Henrique, além de Arraes há outros governadores favoráveis ao mandato de quatro anos para Sarney, como Moreira Franco (Rio), Tasso Jereissati (Ceará) e também Orestes Quêrcia (São Paulo). Quanto ao presidente nacional do partido e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o senador disse que Ulysses deve assumir uma posição favorável à do partido. "E, se a maioria do PMDB não votar pelos quatro anos, o partido vai ficar em situação complicada", afirmou. "Precisamos salvar o PMDB para não termos que sair do partido", reiterou o senador José Richa. Os três pemedebistas in-

"Mecanismos imorais"

por Janice Menezes do Rio

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, fez duras críticas ao governo federal, ontem no Rio, após uma reunião que durou uma hora com o governador Moreira Franco, no Palácio Guanabara. Durante o encontro, segundo relatou Collor de Mello, foi analisado o quadro político atual e discutida a participação no reunião de governadores do dia 28, em Minas Gerais, patrocinada pelo governador Newton Cardoso. Collor de Mello, em entrevista à imprensa, disse que o governo federal está querendo "exemplar Alagoas" com retaliações, em face da posição do governador, favorável ao mandato presidencial de quatro anos.

"O governo vem usando de mecanismos imorais para mostrar sua força política. Mas isso não seria preciso. To-

dos sabemos da força corruptora que o Planalto desenvolve sobre a sociedade", afirmou o governador de Alagoas.

Ele ressaltou, ainda, que a pretensão do governo é alertar outros estados do fato de que quem apoiar os quatro anos deverá ser punido. Collor de Mello adiantou que participará da reunião do dia 28 promovida pelo governador de Minas e garantiu que, na ocasião, divulgará documentos com nomes e valores de projetos do Estado de Alagoas que estão embargados no Planalto. Já o governador do Rio, Moreira Franco, disse que não existe nenhum fato concreto que caracterize retaliações contra o Estado do Rio, por parte do governo federal. "Apenas tenho observado alguma lentidão em processos administrativos ligados ao Ministério do Desenvolvimento Urbano", informou Moreira Franco.

tegrantes do chamado grupo "histórico" garantiram que o refluxo político em favor dos quatro anos de mandato para o presidente Sarney é uma possibilidade real. E sustentam que, apenas dezesseis constituintes que assinaram a emenda pelos cinco anos mudassem de posição, estaria assegurada a vitória dos quatro anos. Para facilitar isso, tramita na Constituinte emenda do senador Fernando Henrique que estabelece quatro anos de man-

dato como regra, com direito à reeleição. "Com isso, eliminamos a tese de que os quatro anos viriam em prejuízo a José Sarney", afirmou Cardoso.

Com José Richa e Pimenta da Veiga, estiveram presentes à reunião com o governador Arraes, o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, os deputados Fernando Lyra e Egidio Ferreira de Lima, o vice-governador, Carlos Wilson Campos, e o chefe da Casa Civil, Marcos Cunha.

AGENDA

Apresentados 838 pedidos de destaque no último dia de prazo

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Até o final da tarde de ontem, último dia para apresentação de destaques, já haviam sido entregues à secretaria da Constituinte 838 pedidos.

Os partidos de esquerda, juntamente com a bancada do PMDB ligada ao líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), apresentaram mais de quatrocentos destaques, informou o deputado José Genoino (PT/SP). O "Centrão", depois de analisar os pareceres do relator Bernardo Cabral, previa a apresentação de cerca de cem destaques. Segundo o deputado Ricardo Fiúza (PFL/PE), o objetivo é aperfeiçoar as emendas do grupo cujo texto foi feito "por trezentas mãos".

Em relação aos destaques para votação em separado, que para serem apreciados necessitam da assinatura de 187 constituintes, o "Centrão" deve apresentar trinta. Esse foi o número obtido pelo grupo, que na verdade precisaria de sessenta, disse Fiúza, que considerou o fato "um lapso".

A estratégia utilizada pelos grupos e partidos foi a de se valerem de "sobras" dos destaques individuais. Cada constituinte tem direito a pedir seis destaques. Assim foi feita uma negociação e os parlamentares apresentaram três ou quatro, dependendo do ca-

so, deixando uma "quota" para o partido ou grupo a que estão ligados. Esses destaques "cedidos" são necessários para que na hora da votação se tenha uma ou mais alternativas de negociação em plenário.

Os destaques apresentados pela esquerda incidem basicamente sobre os textos, da Comissão de Sistematização (projeto constitucional) e o substitutivo apresentado pelo "Centrão". O maior número de destaques, segundo Genoino, é supressivo ou para votação em separado sobre as propostas do "Centrão". O pressuposto é de que o grupo consiga aprovar seus textos, que alteram todo o projeto constitucional, disse Genoino.

Outros destaques tentam resgatar as propostas da Comissão de Sistematização e outros para suprimir textos, tanto da Comissão quanto do "Centrão", quando estes forem idênticos.

A maioria incidirá sobre palavras apenas. No parágrafo 39 do artigo 6º do projeto, que trata da desapropriação, haverá um destaque pedindo a retirada da expressão "em dinheiro", quanto ao pagamento de indenização.

Os destaques incidirão nos capítulos onde há maior divergência entre a esquerda e o "Centrão", como nos capítulos da Ordem Econômica, Ordem Social, Direitos Individuais e nas Disposições Transitórias.

PARTIDOS

PMDB em quarto lugar em pesquisa no Sul

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O PMDB gaúcho quis saber quais as chances de, finalmente, chegar à prefeitura de Porto Alegre, nos últimos 24 anos ocupada pela Arena, pelo PDS, e agora pelo PDT. E fez uma pesquisa para saber em quem os eleitores votariam se a eleição fosse hoje. O candidato preferido foi Sérgio Zambiasi, o deputado estadual mais votado do partido nas últimas eleições. Mas a ordem de preferência dos eleitores por partidos trouxe preocupação: a sigla preferida é a do PT, depois vem o PSB, o PDT, e só em quarto lugar aparece o PMDB.

A pesquisa, que é recente e sobre a qual as lideranças do partido evitam falar, está sendo examinada pelo governador Pedro Simon e pelos principais líderes do PMDB no estado. A tendência, informou ontem a este jornal uma fonte que não quer ser identificada, seria compensar as dificuldades do partido em justificar os governos estadual e federal com os bons índices de popularidade ostentados por Zambiasi, que aparece com 36% das preferências de voto. Depois vem Jorge Alberto Mendes Ribeiro, Francisco Carrion Junior e Ibsen Pinheiro, todos do PMDB. Em quinto lugar aparece o candidato do PT, Olívio Dutra. A mesma fonte informou que Zambiasi é o candidato natural do partido.

E credenciais não lhe faltam: o radialista Sérgio Zambiasi fez 365 mil votos nas eleições de 1986, sem

nunca ter desempenhado nenhuma função política antes: "A primeira vez que entrei na Assembleia Legislativa foi para ser diplomado como deputado estadual", revela ele. Zambiasi fez toda a campanha eleitoral com um programa popular, onde distribuiu alimentos e cadeiras de rodas, na rádio Farrroupilha, a líder absoluta de audiência nas classes "C" e "D". E o microfone da emissora continua sendo a principal tribuna dele. "Vou ao meu gabinete de deputado e venho fazer o meu programa de rádio todos os dias, recebo centenas de pessoas diariamente. Não é porque estou eleito que esquecerei o povo".

Se a notícia de que não vai abandonar o programa agrada a seus milhares de ouvintes, por certo não é boa para os que pensam em lançá-lo candidato a prefeito. Zambiasi acha que é incompatível manter a linha popular que adota no rádio e na tribuna, com as atribuições de prefeito municipal. "Eu não tenho jeito para prefeito", confessou ontem a este jornal. "Minha vida está aqui, ajudando os pobres, tentando diminuir a miséria deles. Ir para a prefeitura, nem pensar. Meu público está em todo o estado."

Na prefeitura eu faria muito menos do que faço hoje. Indagado se não teme pressões partidárias fortes o suficiente para fazê-lo mudar de ideia, Zambiasi respondeu: "Ninguém me convencerá a concorrer a prefeito. Aviso desde já que não sou nem serei candidato".

MANDATO

Em troca da "inversão", cargos

por Andrew Greenless de Brasília

O líder do PFL na Câmara e um dos articuladores do "Centrão", deputado José Lourenço, disse ontem que o grupo suprapartidário somente deveria estudar uma possível inversão de pauta — com a duração do mandato do presidente José Sarney sendo votada nos próximos dias — caso o governo faça "um ajuste de sua estrutura à base de sustentação que tem no Congresso". Perguntado se defendia uma reforma ministerial que garantisse maior espaço ao "Centrão", Lourenço respondeu: "O Ministério não é fundamental, mas ainda temos adversários no segundo e terceiro escalão".

Ainda segundo José Lourenço, essa adaptação administrativa garantiria a aprovação do mandato de cinco anos, como deseja o Palácio do Planalto. "O ajuste poderia ser feito em quinze dias", comentou o líder do PFL, para quem votar a duração do mandato imediatamente seria um risco. "Não podemos ser surpreendidos por uma derrota, que poderia inclusive inviabilizar o 'Centrão'", disse, referindo-se a uma das principais preocupações do grupo quanto à inversão de pauta: iniciar a votação justamente pelo tema mais polêmico.

O deputado comentou também que o presidente Sarney sabe exatamente qual é sua base de sustentação parlamentar, bastando para isso verificar os nomes que assinaram a lista de apoio à votação em regime de preferência da emenda do deputado Ma-

theus Iensen (PMDB-PR), favorável aos cinco anos.

Outro dirigente do "Centrão", o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), apoiou a reivindicação de Lourenço. Mas foi menos enfático. Para Cardoso Alves, o debate dentro do grupo sobre a inversão e o ajuste administrativo poderiam ser "concomitantes". "Deus só leva para o Céu quem cumpre seus mandamentos", sorriu o deputado paulista, que já defendeu a transformação do "Centrão" em partido político. A proposta recebeu o aval de José Lourenço. "O Centrão funciona hoje como um grande partido e pode vir a se tornar um formalmente, com a liderança do presidente da República", disse Lourenço.

A tese da inversão, no entanto, ainda sofre resistências no próprio grupo suprapartidário, principalmente por ser uma operação que poderia atrasar os trabalhos. "Sou a favor, mas não vejo como alterar o regimento interno novamente", afirmou o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). Para o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), a inversão somente poderia acontecer se fosse precedida de uma consulta aos signatários da proposta de cinco anos, que conseguissem apoio da maioria absoluta da Constituinte.

Outro dirigente do "Centrão", o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), sustenta que a única fórmula viável para a inversão seria determinar que todas as disposições transitórias (Título IX, onde está o atual mandato) deveriam

ser votadas simultaneamente aos temas a que se referissem no corpo permanente da Carta. Assim, quando se deliberasse sobre Poder Executivo, no

Título IV, seria votado também o mandato de Sarney. A tese vem sendo defendida pelo consultor geral da República, Saulo Ramos.

CONGRESSO

Senado institui CPI para verbas públicas

por Andrew Greenless de Brasília

O Senado Federal aprovou ontem a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades na distribuição de verbas públicas por parte de órgãos governamentais. O autor do requerimento, senador Carlos Chiarelli, líder do PFL, ressaltou que a medida tem caráter genérico, mas admitiu que o alvo principal são as denúncias de corrupção na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Sepplan), na gestão do ex-ministro Aníbal Teixeira.

Chiarelli reúne-se hoje pela manhã com o líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, para acertar as funções dentro da CPI. O PFL terá direito a duas vagas, o PMDB a cinco e os demais partidos farão um acordo para preencher as duas restan-

tes. A presidência e a relatoria ficarão com o PMDB e o PFL. O senador gaúcho espera ver a comissão instalada oficialmente até quinta-feira.

A primeira atividade da CPI, segundo Chiarelli, deverá ser um levantamento das comissões de inquérito semelhantes realizadas nos últimos anos pelo Legislativo. Depois, a ideia é entrar em contato com o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, para verificar o que vem sendo feito diante das denúncias de irregularidades.

O passo seguinte, ainda conforme Chiarelli, deverá ser a convocação do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, para ser inquirido pelos membros da comissão. Os nomes envolvidos no caso específico da Sepplan, como o do ex-ministro Aníbal Teixeira, também deverão ser convocados.

"Há resistência de ambos os lados", diz Sant'Anna

por Edson Beú de Brasília

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), foi ontem, pela manhã, ao Palácio da Alvorada, dar ciência ao presidente José Sarney do quadro "confuso" que, na sua avaliação, envolve as negociações sobre a antecipação da pauta da Constituinte, visando, em primeira instância, definir logo a duração do mandato presidencial. "Há resistência de ambos os lados", dos que defendem quatro e cinco anos, explicou o deputado, que só espera ver contornos mais claros da situação até o fim da semana.

Sant'Anna contou a Sarney que muitos parlamentares, inclusive partidários dos cinco anos, temem que a inversão da pauta cause um esvaziamento nos trabalhos da Constituinte, capaz até de dificultar a presença de quorum regimental (280 votos) para aprovar os demais artigos da

Carta. O deputado entende, porém, que a antecipação interessa principalmente aos defensores do mandato de quatro anos, pois, se a matéria não for definida com brevidade, uma solução nesse sentido acabaria tornando-se inócua, pela impossibilidade de realizar eleições ainda neste ano.

O ministro Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) saiu de um despacho com o presidente reclamando que "o governo precisa trabalhar com um horizonte definido". Mas seu colega de equipe, ministro Luiz Henrique da Silveira (Ciência e Tecnologia), até há pouco tempo líder do PMDB na Câmara dos Deputados, e, por isso mesmo, um nome que conhece com intimidade as nuances do Congresso Nacional, já dava ontem à tarde como praticamente perdida a batalha pela antecipação da pauta. "Há muita dificuldade", observou, achando difícil acertar um acordo.